

Município de : BARÃO DO TRIUNFO - RS  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
METAS ANUAIS - RECEITAS E DESPESAS ESPECÍFICAS DO RPPS  
2024

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (a / PIB)	% RCL (a / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (b / PIB)	% RCL (b / RCL)	Valor Corrente	Valor Constante	% PIB (c / PIB)	% RCL (c / RCL)
	(a)		x 100	x 100	(b)		x 100	x 100	(c)		x 100	x 100
Receita Total - RPPS	6.424.882,85	6.186.099,41	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	20,04%	6.811.672,19	6.330.611,55	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	20,07%	7.186.577,87	6.453.179,00	Preenchimento Opcional Cfe. Item 02.01.03.01 da 13ª	20,28%
Receitas Primárias do RPPS (I)	2.681.790,79	2.582.120,92		8,37%	2.867.905,49	2.665.365,43		8,45%	3.031.306,95	2.721.958,45		8,55%
Despesa Total - RPPS	918.098,66	883.977,15		2,86%	1.005.703,11	934.677,35		2,96%	1.074.695,19	965.021,26		3,03%
Despesas Primárias do RPPS (II)	918.098,66	883.977,15		2,86%	1.005.703,11	934.677,35		2,96%	1.074.695,19	965.021,26		3,03%
Resultado Primário (DO RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	1.763.692,13	1.698.143,78		5,50%	1.862.202,38	1.730.688,09		5,49%	1.956.611,77	1.756.937,20		5,52%

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

**Nota 1:** este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais.

**Nota 2:** Conforme consta na página 73 da 13ª Edição do Manual dos Demonstrativos Fiscais, **não se aplica nesse demonstrativo a necessidade de equilíbrio entre receitas e despesas exigido para a Lei Orçamentária Anual.**

**Nota 3:** foi considerada a prjeção da Receita Corrente Líquida ajustada para cálculo dos limites de endividamento, ou seja, após a exclusão dos valores de transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais, conforme disciplina o § 1º, art. 166-A da CF.